

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRAMANDAÍ ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020

PROCURADOR JURÍDICO

Instruções

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse Concurso Público.

- 1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
- 2. Seus pertences deverão ser armazenados dentro do saco plástico fornecido pelo fiscal. Somente devem permanecer em posse do candidato caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta azul ou preta, documento de identidade, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a imediata exclusão do candidato.
- 3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 40 (quarenta) questões;
 - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
- 4. Cada questão oferece 4 (quatro) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, e D, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
- 5. No caderno de prova, pode-se rabiscar, riscar e calcular.
- 6. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
- 7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
- 8. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
- 9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução.



Boa prova!





01

02

03

04

05

06 07

80

09

10

11 12

13

14

15

16 17

18

19

20

21 22

23

24 25

26

27

28 29

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões de números 01 a 10 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.

Sucesso no trabalho depende de ter os colegas certos

Um estudo publicado mês passado na revista Science Advances revelou um dos segredos para se construir um time de sucesso nas empresas: diversidade. Segundo a pesquisa, ter funcionários com habilidades complementares e diferentes aumenta o desempenho da equipe. Ao longo do tempo, os salários dos funcionários que integram essas equipes também aumentam mais do que a média de trabalhadores com habilidades semelhantes.

"O valor do que uma pessoa sabe depende de com quem ela trabalha", diz o resumo do estudo. "Ter colegas com as mesmas qualificações que as suas pode custar caro".

O estudo analisou toda a população de trabalhadores da Suécia – 9 milhões de pessoas – por 10 anos.

Segundo os pesquisadores, isso explica por que pessoas com a mesma formação podem receber salários completamente diferentes. O valor não depende só das habilidades de cada um, e sim de com quem se trabalha.

O artigo afirma que o conhecimento técnico e científico da humanidade superou a capacidade de um único indivíduo e, portanto, as pessoas precisam se unir para aplicar este conhecimento de forma prática. Os pesquisadores fazem uma comparação com um ecossistema na natureza: "a capacidade de sobrevivência de um organismo precisa sempre ser vista no contexto de suas relações com outros organismos no sistema".

"Muito das habilidades altamente especializadas que adquirimos hoje em dia seriam inúteis, ou pelo menos desprovidas de valor, se não fossem acompanhadas de outras pessoas se especializando em habilidades complementares", escreveram.

Como exemplo, os pesquisadores citam o caso de um médico anestesista: é um indivíduo extremamente especializado, mas que precisa de uma equipe de cirurgiões para que sua função seja útil. Os cirurgiões, por sua vez, também não podem trabalhar sem as habilidades do anestesista.

O próprio estudo, no entanto, admite certas limitações. Na discussão, os pesquisadores afirmam que é necessário avaliar se esta relação existe em outros países além da Suécia. Eles também dizem que o estudo se limita apenas a habilidades formais comprovadas com diplomas, então não leva em conta outras habilidades que os trabalhadores possam ter adquirido de maneira informal.

(Disponível em: https://epocanegocios.globo.com/ - texto adaptado especialmente para esta prova.)

QUESTÃO 01 – Considerando o exposto pelo texto, analise as assertivas a seguir:

- I. Os resultados do estudo apresentado são abrangentes e comprovados em mais de uma população.
- II. Segundo o estudo, equipes com habilidades diversificadas e complementares são mais eficientes.
- III. O salário de um indivíduo independe de seu local de trabalho, mas depende integralmente de sua qualificação.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.

QUESTÃO 02 – Considerando a construção e o objetivo do texto, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O estudo levou em conta qualificação profissional e salários de funcionários, bem como seu desempenho para chegar às conclusões apresentadas.
- B) A ideia de um ecossistema é empregada como termo de comparação para explicar o funcionamento das habilidades de profissionais em uma organização.
- C) O artigo traz trechos do estudo mencionado bem como a opinião pessoal do autor em relação aos dados apresentados.
- D) O exemplo de cirurgiões e anestesistas serve como base para o argumento desenvolvido anteriormente em relação à importância da complementaridade de uma equipe.

QUESTÃO 03 – Assinale a alternativa que NÃO traz um trecho do estudo detalhado no texto empregando discurso direto.

- A) "O valor do que uma pessoa sabe depende de com quem ela trabalha" (l. 06).
- B) "pessoas com a mesma formação podem receber salários completamente diferentes" (l. 10-11).
- C) "a capacidade de sobrevivência de um organismo precisa sempre ser vista no contexto de suas relações com outros organismos no sistema" (l. 16-17).
- D) "Muito das habilidades altamente especializadas que adquirimos hoje em dia seriam inúteis" (l. 18-19).

QUESTÃO 04 – Assinale a alternativa que poderia substituir a palavra "desprovidas" (l. 19) sem causar alteração ao sentido original do texto.

- A) Caracterizadas.
- B) Abastecidas.
- C) Aparelhadas.
- D) Destituídas.

QUESTÃO 05 – Na linha 12, a conjunção "e" está empregada com sentido:

- A) Adversativo.
- B) Aditivo.
- C) Alternativo.
- D) Explicativo.

QUESTÃO 06 – Assinale a alternativa na qual a palavra "que" NÃO esteja empregada como pronome relativo.

- A) "que integram essas equipes" (l. 04).
- B) "que a média de trabalhadores" (l. 05).
- C) "que adquirimos hoje em dia" (l. 18).
- D) "que os trabalhadores possam ter adquirido" (l. 28).

QUESTÃO 07 – Considerando a formação do período composto, assinale a alternativa que indica o número correto de orações desenvolvidas presentes no trecho a seguir: "Muito das habilidades altamente especializadas que adquirimos hoje em dia seriam inúteis, ou pelo menos desprovidas de valor, se não fossem acompanhadas de outras pessoas se especializando em habilidades complementares", escreveram". (l. 18-20).

- A) 3.
- B) 4.
- C) 5.
- D) 6.

QUESTÃO 08 – Assinale a alternativa que indica o correto desenvolvimento, mantendo-se o mesmo sentido, da oração reduzida a seguir: "para se construir um time de sucesso nas empresas" (1. 02).

- A) Como se construísse um time de sucesso nas empresas.
- B) Conforme se construísse um time de sucesso nas empresas.
- C) De modo que se construísse um time de sucesso nas empresas.
- D) A fim de que se construísse um time de sucesso nas empresas.

QUESTÃO 09 - Assinale a alternativa na qual o emprego da emprega "se" tenha sentido reflexivo.

- A) "com quem se trabalha" (l. 12).
- B) "se não fossem acompanhadas" (l. 19).
- C) "outras pessoas se especializando" (l. 19-20).
- D) "estudo se limita apenas" (l. 27).

QUESTÃO 10 – Considerando o emprego correto dos sinais de pontuação, analise as assertivas a seguir:

- I. Na linha 02, o emprego dos dois pontos deve-se à ocorrência de um aposto explicativo que retoma a palavra "segredos" (l. 01).
- II. Nas linhas 08-09, o emprego do duplo travessão deve-se à ocorrência de uma expressão explicativa e não poderia ser substituído por uma dupla vírgula.
- III. Na linha 22, a ocorrência da vírgula hachurada marca a separação de uma oração coordenada.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

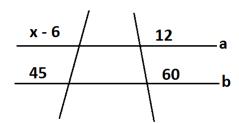
QUESTÃO 11 - Observe a imagem abaixo:



O número que deverá estar na parte em branco da última peça, para que a sequência lógica seja mantida, é:

- A) 1.
- B) 3.
- C) 4.
- D) 5.

QUESTÃO 12 – Determine o valor de X no seguimento abaixo, sabendo que as retas "a" e "b" são paralelas.



- A) 9.
- B) 15.
- C) 21.
- D) 27.

QUESTÃO 13 – Observe a seguinte sequência:

O número que completa a sequência é:

- A) 4.
- B) 5.
- C) 6.
- D) 7.

QUESTÃO 14 – Para construir 14 metros de um muro, são necessários três pedreiros. Para construir, nas mesmas condições de altura e tempo, 42 metros do mesmo muro, quantos pedreiros são necessários?

- A) 5.
- B) 6.
- C) 8.
- D) 9.

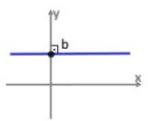
QUESTÃO 15 – Para render juros de R\$ 360,00, um capital de R\$ 3.000,00 foi aplicado, durante um semestre, a qual taxa mensal?

- A) 1%.
- B) 2%.
- C) 3%.
- D) 4%.

QUESTÃO 16 – Aplicando R\$ 500,00 em determinado banco, em um mês, o rendimento é de R\$ 2,50 de juros. Se for aplicado R\$ 3.000,00 pelas mesmas condições que a outra aplicação, durante um mês, quanto renderia de juros?

- A) R\$ 15,00.
- B) R\$ 12,50.
- C) R\$ 10,00.
- D) R\$ 7,50.

QUESTÃO 17 - Observe o gráfico abaixo:



Trata-se de uma função linear constante com:

- A) a > 0.
- B) a < 0.
- C) a = 0.
- D)b = 0.

QUESTÃO 18 – Assinale a alternativa que apresenta as coordenadas do vértice do gráfico da seguinte função $f(x) = x^2 + 5x - 6$.

- A) $-\frac{5}{2}$; $\frac{49}{4}$
- B) $\frac{2}{5}$; $\frac{4}{49}$
- C) $\frac{5}{6}$; $\frac{-1}{11}$
- $D)\frac{-6}{5};\frac{1}{6}$

QUESTÃO 19 – Devido à seca em uma região, o reservatório de água está baixando seu nível diariamente. O funcionário responsável pelo acompanhamento do nível percebeu que ele baixa 10% a cada dia. Sabendo que a capacidade, em milhares de litros, é de 100, quantos litros, aproximadamente, há no reservatório após cinco dias de seca?

- A) 50.
- B) 60.
- C) 70.
- D) 80.

QUESTÃO 20 – Em uma confecção, oito funcionários levam quatro dias para produzir 160 peças de determinado modelo de roupa. Se dois funcionários forem dispensados, quantos dias serão necessários para confeccionar 300 peças do mesmo modelo?

- A) 7.
- B) 9.
- C) 10.
- D) 12.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 21 – De acordo com o Art. 8º do Plano Geral de Classificação e Carreira dos Cargos Públicos do Município de Tramandaí, o agrupamento de cargos públicos da mesma profissão ou atividade com a mesma denominação e com igual grau de dificuldades, responsabilidades e retribuição pecuniária, denomina-se:

- A) Série.
- B) Padrão.
- C) Classe.
- D) Grupo.

QUESTÃO 22 – Com base nas disposições do Capítulo I – Do Provimento, do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Tramandaí, analise as assertivas que seguem, relativas à estabilidade, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Adquire estabilidade, após três anos de efetivo exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, uma vez aprovado em estágio probatório.
- () O servidor sujeito ao regime jurídico instituído pelo referido Regime, será submetido à avaliação periódica de desempenho por comissão especial de avaliação, onde serão observados os seguintes requisitos, entre outros: aptidão para o desempenho do cargo, boa conduta, dedicação ao serviço.
- () O servidor em estágio probatório será submetido a duas avaliações anuais, uma a cada semestre no efetivo exercício do cargo para o qual foi nomeado, mediante a verificação dos quesitos estabelecidos, devendo ser considerado aprovado o servidor que obtiver, no mínimo, 250 (duzentos e cinquenta) pontos, em cada avaliação.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V V F.
- B) F F V.
- C) V F F.
- D)F V V.

QUESTÃO 23 – Com base nas disposições do Capítulo IV – Das Licenças, do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Tramandaí, analise as seguintes assertivas, assinalando C, se corretas, ou I, se incorretas.

- () A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de até dois anos consecutivos sem remuneração.
- () A licença por motivo de doença em pessoas da família é a licença que poderá ser concedida ao servidor, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai ou da mãe, de filho ou enteado, mediante comprovação médica oficial do Município, sem prejuízo da remuneração até 06 (seis) meses.
- () É assegurado ao servidor o direito à licença para o desempenho de mandato em confederação, federação ou sindicato representativo da categoria, com remuneração, que terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogado no caso de reeleição por uma única vez.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) C I I.
- B) I C C.
- C) C I C.
- D) I C I.

578 LEG NS 2/10/202012:13:13

QUESTÃO 24 – Segundo o Art. 119 do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Tramandaí, sem qualquer prejuízo, o servidor poderá ausentar-se do serviço, por motivo de:

- I. Casamento, até oito dias consecutivos.
- II. Para doação de sangue, em cada doze meses de trabalho, por dois dias.
- III. Falecimento de avô ou avó, até dois dias consecutivos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) I, II e III.

QUESTÃO 25 – Segundo as disposições do Art. 7º da Lei Orgânica do Município de Tramandaí, é de competência do Município, no exercício de sua autonomia, entre outras atribuições, as seguintes, EXCETO:

- A) Administrar seus bens, adquiri-los e aliená-los, aceitar doações, legados e heranças e dispor de sua aplicação.
- B) Legislar sobre o serviço funerário e cemitérios, fiscalizando os que pertencerem a entidades particulares.
- C) Licenciar estabelecimentos industriais e comerciais de prestação de serviços e outros.
- D) Legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração pública municipal direta e indireta, empresas públicas municipais e sociedades de economia mista municipais.

QUESTÃO 26 – O Art. 44 da Lei Orgânica do Município de Tramandaí define que o Município terá os livros que forem necessários aos seus serviços e, obrigatoriamente, determinados livros. Sendo assim, analise as seguintes assertivas, relativas aos livros obrigatórios, que poderão ser substituídos, conforme o caso, por outro sistema, inclusive por fichas e arquivos de cópias, devidamente numeradas e autenticadas, assinalando C, se corretas, ou I, se incorretas.

- () Permissões e autorizações de serviços e uso de bens imóveis municipais por terceiros.
- () Registro de leis, decretos, decretos legislativos, resoluções, regulamentos, instruções, portarias e ordens de serviços.
- () Licitações e contratos para obras, serviços e aquisição de bens.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) I I C.
- B) C C C.
- C) C I I.
- D) I C I.

QUESTÃO 27 – O Art. 48 do Código de Posturas do Município de Tramandaí estabelece que é proibido perturbar o sossego público com ruídos ou sons excessivos evitáveis. Excetuam-se das proibições do referido artigo:

- Os tímpanos, sinetas e sirenes de ambulâncias, corpo de bombeiros, carros oficiais e polícia, quando em serviço de justificativa emergência.
- II. As manifestações, nos divertimentos públicos, nas reuniões ou prédios desportivos, com horários previamente licenciados.
- III. As máquinas ou aparelhos utilizados em construção ou obras em geral, licenciados previamente pela Prefeitura, no horário de 6 (seis) a 19 (dezenove) horas.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) I, II e III.

578 LEG NS 2/10/202012:13:13

QUESTÃO 28 – Segundo as disposições do Art. 2º da Lei de Improbidade Administrativa, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, para os efeitos da referida lei, é considerado Agente:

- A) De controle.
- B) Público.
- C) Fiscal.
- D) Fiduciário.

QUESTÃO 29 – Com base na Constituição Federal, em relação aos direitos políticos, assinale a alternativa correta.

- A) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- B) A nacionalidade brasileira é uma das condições de elegibilidade, na forma da lei.
- C) A idade mínima de vinte e um anos é condição de elegibilidade para o cargo de Vereador.
- D) A idade mínima de trinta anos é condição de elegibilidade para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República.

QUESTÃO 30 – Segundo as disposições do Art. 60 da Constituição Federal, não será objeto de deliberação a proposta de emenda à referida Constituição com o propósito de abolir:

- I. A forma federativa de Estado.
- II. O voto direto, secreto, universal e periódico.
- III. A separação dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) I, II e III.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31 – O Direito à Saúde é direito fundamental social, previsto no Art. 6º da Constituição Federal, tendo como um dos debates mais atuais e pertinentes à atuação do procurador municipal a possibilidade ou não de concessão judicial de medicamentos. Sobre o tema, há diversos pronunciamentos, tanto do STJ como do STF. Considerando o entendimento jurisprudencial do STJ e do STF, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia para o tratamento da moléstia dos fármacos fornecidos pelo SUS; incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; e existência de registro do medicamento na ANVISA, observados os usos autorizados pela agência.
- II. O Estado n\u00e3o pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais. A aus\u00eancia de registro do medicamento na ANVISA impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decis\u00e3o judicial.
- III. É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da ANVISA em apreciar o pedido, quando preenchidos três requisitos: existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (exceto no caso de medicamentos para doenças raras e ultrarraras); a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil. Tais ações poderão ser propostas em face de qualquer dos entes federados (Municípios, Estados, Distrito Federal ou União).
- A) Todas estão corretas.
- B) Todas estão incorretas.
- C) Apenas I e II estão corretas.
- D) Apenas I e III estão corretas.

QUESTÃO 32 – Um dos princípios básicos da Administração Pública é a moralidade administrativa, que tem como um de seus desdobramentos a vedação ao nepotismo, explicitada pela Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal, assim redigida:

"A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do nepotismo, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A vedação ao nepotismo não alcança servidores admitidos mediante prévia aprovação em concurso público, ocupantes de cargo de provimento efetivo, haja vista que isso poderia inibir o próprio provimento desses cargos, violando, dessa forma, o Art. 37, I e II, da CF, que garante o livre acesso aos cargos funções e empregos públicos aos aprovados em concurso público.
- B) Não há nepotismo na nomeação de servidor para ocupar cargo de assessor de controle externo do Tribunal e contas mesmo que seu tio já exerça o cargo de assessor-chefe de gabinete de determinado Conselheiro, desde que o tio não tenha potencial de interferir no processo de seleção.
- C) A nomeação do cônjuge de prefeito para o cargo de Secretário Municipal, por se tratar de cargo público, por si só, caracteriza ato de improbidade administrativa.
- D) Mesmo em se tratando de cargos políticos, é possível considerar indevida a nomeação nas hipóteses de: nepotismo cruzado, fraude à lei e inequívoca falta de razoabilidade da indicação, por manifesta ausência de qualificação técnica ou por inidoneidade moral do nomeado.

578 CE 15 NS 1/12/202017:45:59

QUESTÃO 33 - Segundo dicção do Art. 3º da Lei nº 8.666/1993,

"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

Acerca do instituto da licitação, assinale a alternativa correta à luz da jurisprudência do STF e do STJ.

- A) É constitucional lei estadual que exija Certidão negativa de Violação aos Direitos do Consumidor dos interessados em participar de licitações e em celebrar contratos com órgãos e entidades estaduais.
- B) Sociedade empresária em recuperação judicial não pode participar de licitação, mesmo que demonstre, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica.
- C) Empresa que tem em seu quadro funcional ou societário servidor público poderá participar de licitações realizadas pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, desde que este esteja licenciado.
- D) O edital da licitação poderá exigir que a empresa a ser contratada tenha, em seu acervo técnico, um profissional que já tenha conduzido serviço de engenharia similar àquele previsto para a licitação, bem como que a empresa já tenha atuado em serviço similar.

QUESTÃO 34 – A teor do disposto na Lei Orgânica do Município de Tramandaí, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A administração pública direta e indireta do Município, visando à promoção do bem público e à prestação de serviços à comunidade e aos indivíduos que a compõem, observará aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, aos seguintes: legitimidade, participação, razoabilidade, proporcionalidade, economicidade, motivação, finalidade e ao da supremacia do interesse público e coletivo.
- B) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, ressalvada as nomeações para cargos em comissão, para chefias, direção e assessoramento, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.
- C) O Município manterá escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados e assessorias técnicas.
- D) A Prefeitura e a Câmara, ressalvados os casos em que o interesse público devidamente justificado impuser sigilo, são obrigados a fornecer, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a qualquer interessado, certidões de atos, contratos e decisões, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição, e no mesmo prazo deverão atender as requisições judiciais, se outro não for o fixado em lei ou pelo juiz.

QUESTÃO 35 – Segundo entendimento sumulado do STJ, em matéria de Direito Civil, assinale a alternativa INCORRETA quanto à posse e propriedade.

- A) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitoria.
- B) Os registros de propriedade particular de imóveis situados em terrenos de marinha não são oponíveis à União.
- C) É admissível a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda do compromisso de compra e venda de imóvel, desde que devidamente registrado.
- D) A falta de registro do compromisso de compra e venda não dispensa a prévia interpelação para constituir em mora o devedor.

578 CE 15 NS 1/12/202017:45:59

QUESTÃO 36 – Acerca dos recursos no Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Art. 1.003, §6º, do CPC, é expresso no sentido de que o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso. Assim, ou se comprova o feriado local no ato da interposição do respectivo recurso, ou se considera intempestivo o recurso, operando-se, em consequência, a coisa julgada.
- B) A assinatura eletrônica é válida, podendo ser aposta nas petições em geral e nos recursos, estando regulamentada pela Lei nº 11.419/2006. A assinatura digitalizada, por sua vez, não é válida, reputando-se inexistente o recurso.
- C) Na hipótese de descumprimento do §3º do Art. 941 do CPC (que exige a declaração e integração do voto vencido no acórdão), haverá nulidade do acórdão, mas não do julgamento.
- D) A técnica de ampliação de julgamento, prevista no Art. 942 do CPC, deve ser utilizada na hipótese de resultado não unânime, desde que reformada a sentença impugnada.

QUESTÃO 37 – Segundo a jurisprudência do STJ em matéria ambiental, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral. Todavia, são admitidas excludentes de responsabilidade, tais como o caso fortuito, a força maior, fato de terceiro ou culpa exclusiva da vítima.
- B) A construção de hidrelétrica, em prejuízo a pescadores artesanais que aproveitavam os recursos naturais de localidade afetada, dá ensejo à indenização por danos materiais em benefício dos lesados, mas não autoriza, por si só, o deferimento de indenização por danos morais.
- C) O particular que deposita resíduos tóxicos em seu terreno, expondo-os a céu aberto, em local onde, apesar da existência de cerca e de placas de sinalização informando a presença de material orgânico, o acesso de outros particulares seja fácil, consentido e costumeiro, responde, objetivamente, pelos danos sofridos por pessoa que, por conduta não dolosa, tenha sofrido, ao entrar na propriedade, graves queimaduras decorrentes de contato com os resíduos.
- D) As obrigações ambientais possuem natureza *propter rem*, sendo admissível cobrá-las do proprietário ou possuidor atual e/ou dos anteriores, à escolha do credor.

QUESTÃO 38 – Em relação aos impostos municipais, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) É inconstitucional a majoração, sem a edição de lei em sentido formal, do valor venal de imóveis para efeito de cobrança do IPTU acima dos índices oficiais de correção monetária.
- B) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária aplicável ao IPTU, é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.
- C) Incide o ISS sobre o serviço de montagem de pneus, ainda que a sociedade empresária também forneça os pneus utilizados na montagem.
- D) Na prestação de serviços de análise clínica, ainda que coletado e pago o serviço em unidade laboratorial diversa, o ISS deve ser recolhido no local em que efetivamente é realizado o exame, mediante remessa do material coletado.

QUESTÃO 39 – Em relação aos princípios orçamentários, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O princípio orçamentário da legalidade determina que a Administração Pública realize suas atividades segundo as previsões das leis orçamentárias.
- B) O princípio orçamentário da anualidade indica que o prazo de vigência da lei orçamentária será anual, devendo esta ser elaborada e aprovada anualmente, refletindo a periodicidade do orçamento, não se exigindo, contudo, que tal periodicidade coincida com o ano civil.
- C) O princípio da exclusividade veda que a lei orçamentária trate de outra matéria que não diga respeito a receitas e despesas.
- D) O princípio orçamentário da programação, ou do planejamento, revela o atributo de instrumento de gestão que o orçamento possui, devendo apresentar programaticamente o plano de ação do governo para o período a que se refere, integrando, de modo harmônico, as previsões da lei orçamentária, da lei do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

578 CE 15 NS 1/12/202017:45:59

QUESTÃO 40 – Considerando o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de cinco minutos, quando o empregado, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares.
- B) Caracteriza grupo econômico a mera identidade de sócios, sendo desnecessária, para a configuração do grupo, a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
- C) Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança. Referida alteração, com ou sem justo motivo, não assegura ao empregado o direito à manutenção do pagamento da gratificação correspondente, que não será incorporada, salvo quando exercida a função por mais de dez anos.
- D) Da decisão que denegar a interposição de recurso, cabe agravo de instrumento, no prazo de dez dias.